CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2016, às 14:00 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia - Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Leonardo Cardoso Alvarenga ï titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Marcelo Jorge da Mata - titular representante do Poder Executivo; 3) Maria da Conceição Pimenta ï suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE); 4) Carlos Antônio de Assumpção ï suplente representante dos servidores do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e 5) Ana Lúcia de Freitas Paixão e Silva ï titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). Pelo IPREMB Wesley de Melo Souza ï Auditor e Controlador Interno; Camila Francisca Nolasco ï Chefe de Divisão de Contabilidade, e Darlene Rocha Nunes Rodrigues ï Assessora Técnica, que foi designada pelo Presidente para secretariar o Ato. O conselheiro Getúlio Gonçalves Borges ï titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) justificou sua ausência. Determinou-se como pauta: 1) Balanço 2015. Às 14:20 horas o Presidente e os membros presentes, discutem a possibilidade de cancelar a reunião tendo em vista a falta de quorum. Porém, às 14:25 horas, durante a discussão, chega mais um membro, a conselheira Neide Maria Soriani ï suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). O Presidente do CMP Leonardo abre votação para decidir se encerra ou abre a reunião. Todos os membros presentes votam pela reunião. Passa-se então a palavra para o Auditor Wesley que fará a explanação do Relatório de Contas Anuais 2015, que espelha o balanço 2015. Explica que qualquer indagação e sugestão serão avaliadas e encaminhadas ao Conselho Fiscal - CF que é responsável pela aprovação do relatório e irá homologar o mesmo na próxima reunião do CF agendada para o dia 15 de março de 2016. Após a aprovação o relatório será enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ï TCEMG. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila acrescenta que o Balanço apresenta números de receitas, despesas e movimentação bancária. O relatório traz os números e em que eles acarretam. O auditor Wesley retoma a palavra esclarecendo que o relatório é elaborado segundo a Instrução Normativa do TCEMG nº. 09/2008, por isso traz uma linguagem mais técnica traduzindo os valores orçamentários e financeiros. Um dos tópicos presentes no relatório trata das licitações que foram analisados pelo controle interno e detectaram-se algumas irregularidades formais, que não compromete a licitude dos processos, tais como falta de assinaturas, ordem cronológica dos documentos e outras. Os responsáveis pelos processos foram orientados a corrigi-las, tornando o serviço mais eficiente. Outro tópico diz respeito aos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Quanto à gestão orçamentária houve superávit em relação a receita e despesas de aproximadamente R$ 95.527.000,00 (noventa e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais). O saldo financeiro contabilizado em 31 de dezembro de 2015 foi de aproximadamente R$ 830.819.000,00 (oitocentos e trinta milhões, oitocentos e dezenove mil reais) provenientes das arrecadações de contribuições dos ativos, patronal e cedido, além da rentabilidade da carteira e dos parcelamentos. O saldo inicial em 2015 era de aproximadamente R$ 725.526.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais). Isso representa uma evolução de aproximadamente R$ 105.293.000,00 (cento e cinco milhões, duzentos e noventa e três mil reais). O montante encontra-se aplicado conforme a Resolução CMN nº. 3922/2010. Quanto à gestão financeira o Ativo Real, que consiste no Ativo Circulante mais o Ativo Não-Circulante, somou aproximadamente R$ 831.082.000,00 (oitocentos e trinta e um milhões e oitenta e dois mil reais). Já o Passivo Real, que retrata a soma do Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante encerrou o exercício contabilizando aproximadamente R$ 723.445.000,00 (setecentos e vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais). Desta forma gerou-se um superávit patrimonial de aproximadamente R$ 107.637.000,00 (cento e sete milhões, seiscentos e trinta e sete mil reais). As provisões matemáticas previdenciárias que representa o déficit técnico atuarial apontou um valor de aproximadamente R$ 723.299.000,00 (setecentos e vinte e três milhões, duzentos e noventa e nove mil reais) que somados aos valores que temos em caixa seria suficiente para arcar com as aposentadorias e pensões de todos os servidores municipais ao longo de aproximadamente 30 anos. O conselheiro Carlos comenta que os novos servidores, quando atingirem determinado tempo

de serviço, não receberão a mesma remuneração que os servidores mais antigos têm considerando o mesmo período trabalhado, pois a PMB não investe como fazia anteriormente. O Auditor Wesley prossegue e informa que a rubrica restos a pagar representa contratos administrativos que foram pagos em janeiro de 2016. Seu valor foi de aproximadamente R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). Quanto à gestão patrimonial foram adquiridos bens permanentes, mobiliário, no montante de aproximadamente R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais). Não executou nem 60% (sessenta por cento) do valor previsto no orçamento 2015. A Auditoria e Controladoria adota uma postura de usar a verba destinada aos bens permanentes de forma racional, faz um controle físico e orienta os servidores a zelar pelo patrimônio gerando assim redução de custos. A demonstração das variações patrimoniais mostra a movimentação das variações ativas e passivas. Esclarece que o valor de aproximadamente R$ 457.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões de reais) representa a dívida ativa, ou seja, todos os valores que a PMB parcelou até o dia 31 de dezembro de 2015. A Conselheira Neide pergunta quem estabelece as taxas de juros fixadas nos termos de parcelamento. O conselheiro Marcelo responde que o contrato de parcelamento segue o código tributário da PMB que é aprovado pela Câmara e MPS. O Auditor Wesley retoma a fala e mostra a despesa total gasta com a folha de pessoal, referente aos servidores ativos do Ipremb e cargos comissionados, que são cedidos pela PMB. Este valor foi de aproximadamente R$ 2.551.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) e não pode ultrapassar o valor estabelecido na taxa administrativa. Informa que em 2015 foram gastos com as obrigações patronais aproximadamente R$ 12.000,00 (doze mil reais) destinados ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e aproximadamente R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) destinados ao RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), referente aos servidores efetivos e em cargos comissionados. Em relação ao tópico que trata de danos causados ao erário, sindicâncias, inquéritos, processos administrativos e tomadas de contas não houve nenhuma ocorrência. O próximo tópico trata dos critérios adotados para manter os dados cadastrais atualizados. Entre as ações está o recadastramento dos servidores inativos e pensionistas que fazem a prova de vida anualmente no mês de aniversário e o censo previdenciário que será promovido pelo Ipremb neste exercício. O Núcleo Atuarial de Previdência ï NAP será a empresa responsável por realizar o censo. Continua a explanação citando a Lei Municipal 5824/2014 que dispõe sobre o Orçamento 2015. Apresenta o quadro das receitas orçamentárias. Fala do valor discrepante entre a receita orçada e a realizada referente às contribuições patronais que se deu devido aos atrasos de repasse. As parcelas do termo de acordo teve uma arrecadação maior do que a prevista, pois o Instituto recebeu parcelas em atrasos. A receita patrimonial também fechou além do previsto devido à rentabilidade das aplicações. Quanto às despesas houve aumento significativo com o pagamento dos aposentados e pensionistas. Um dos fatores que contribuíram com este aumento foi o Plano de Incentivo à Aposentadoria ï PIA. Outro tópico a ser tratado diz respeito aos procedimentos de cobrança das contribuições não recebidas. Comenta que o relatório demonstra os parcelamentos ativos que consistem em uma confissão de dívida, incialmente avaliada em R$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) e divida em 420 (quatrocentos e vinte) parcelas dos quais já foram pagas 112 (cento e doze) e cinco parcelamentos de repasse patronal em atrasos, totalizando seis termos parcelamentos. A conselheira Ana Lúcia questiona se os termos de parcelamentos devem ser aprovados pelo Conselho Municipal. O Presidente do CMP Leonardo responde que o conselho manifesta contra ou a favor, mas não tem o poder de deferir ou indeferir, isto fica a encargo do MPS. Lembra que os parcelamentos ficam atrelados ao Fundo de Participações dos Municípios, dando maior garantia de recebimento. Acrescenta que os parcelamentos acontecem devido à necessidade de estar em dia com o CRP (Certificado de Regularização Previdenciária). Sem ele não há liberação de recursos para investimentos no Município. O Auditor Wesley toma a palavra e informa que houve atrasos nas prestações referentes aos parcelamentos dos meses de novembro e dezembro de 2015, conforme está escrito no relatório. Os mesmos foram pagos em 2016, mas tal informação não consta no relatório por se tratar de prestação de contas 2015. Comenta o tópico referente ao cálculo atuarial. Esclarece que o mesmo é feito através das informações contidas na base cadastral de cada servidor e está por sua vez é fornecida pela PMB. O cálculo apontou um déficit de aproximadamente R$ 732.746.000,00 (setecentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais). Assim sugeriu uma alíquota suplementar de 2,51% (dois vírgula cinquenta e um por cento) o que representou uma alíquota patronal de 13,51% (treze vírgula cinquenta e um por cento). Porém a Prefeitura arcou com 14% (quatorze por cento) como prevê a Lei Municipal nº. 5350/2012 que estabelece a alíquota suplementar progressiva de

1% (um por cento) ao ano. Coloca que houve decréscimo do valor do déficit em relação ao exercício de 2014 devido a vários fatores dentre eles o rendimento da carteira. Mostra as medidas para buscar o equilíbrio atuarial, como a dação de terrenos que foi autorizada por lei e se efetivará com a aprovação do MPS e a transferência do registro. Quanto ao COMPREV (Compensação Previdenciária) o Instituto recebeu aproximadamente R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Esse valor poderia ser maior com uma ação mais enérgica do INSS promovendo maior volume de analises dos processos que se encontram parados por falta de pessoal. Apresenta a tabela detalhada dos órgãos conveniados com o Município e seus respectivos valores de contribuição. Comenta que os valores de recolhimento/contribuição não estão atualizados, pois os órgãos cedentes não recebem informações quanto às progressões e vantagens pessoais, como quinquênio, adquiridas pelos servidores cedidos. Cabe ao Controle Interno detectar o problema, notificar o Diretor Executivo que adotará medidas de cobrança junto à PMB que por sua vez é responsável por informar e cobrar os valores devidos a estes órgãos. Sobre o tópico referente à Resolução CMN 3922/2010 que trata dos investimentos. Considera injusta a meta anual de IPCA+6% (seis por cento) o que representou rentabilidade de 16% (dezesseis por cento) em 2015. Menciona que o ideal, em seu ponto de vista, seria atingir esse índice em quatro anos, representando o período de mandato. Alguns investimentos são de longo prazo e possibilitarão bater meta no prazo de resgaste. Acrescenta que a carteira atingiu 66% (sessenta e seis por cento) da meta, o que representa aproximadamente 10,73% (dez vírgula setenta e três por cento) de rendimento. Mostra o quadro que resume as aplicações financeiras. Em renda fixa há aplicado aproximadamente R$ R$ 711.502.000,00 (setecentos e onze milhões, quinhentos e dois mil reais) e em renda variável R$ 117.260.000,00 (cento e dezessete milhões, duzentos e sessenta mil reais) o que representa 85% (oitenta e cinco por cento) e 15% (quinze por cento) respectivamente. Informa que a Resolução CMN n°. 3922/2010 permite aplicar até 30% (trinta por cento) em renda variável, já a política de investimentos 2015 estabelece o limite de 15% (quinze por cento). Mostra também o quadro que especifica os rendimentos da carteira e as instituições responsáveis pela gestão dos fundos, cujo valor total apresentado é de aproximadamente R$ 828.763.000,00 (oitocentos e vinte e oito milhões, setecentos e sessenta e três). Essa diferença de aproximadamente R$ 2.000.000,00 (dois milhões) representa um montante que entrou em conta corrente no dia 29 de dezembro de 2015 e por não haver expediente nos dois dias seguintes não foi possível movimentá-lo. O tópico que trata da avaliação dos procedimentos adotados para renegociar a divida foi detalhado nos tópicos acima mencionado e esta colocação está registrada no relatório. O outro tópico refere-se à conformidade dos registros contábeis através de sistemas operacionais. Os registros contábeis 2015 são lançados através do SICOM, uma ferramenta do TCEMG. O Ipremb está em dia com os lançamentos, considerando a data limite de envio, 31 de maio de 2016. Os dados são enviados via PMB. O próximo tópico diz respeito à taxa administrativa e despesas referidas a mesma. O Auditor Wesley informa que a Lei 5353/2012 define o valor da taxa administrativa em 1% do valor total da remuneração, subsídios e benefícios previdenciários pagos no exercício anterior. Isto significa que o limite para despesas administrativas não deve ultrapassar este percentual. Em 2015 o montante foi de aproximadamente R$ 509.417.000,00 (quinhentos e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil reais), o que demarcou a despesa administrativa em aproximadamente R$ 5.094.000,00 (cinco milhões e noventa e quatro mil reais). Contudo foram gastos aproximadamente 0,64% (zero vírgula setenta e quatro por cento) do valor devido. O conselheiro Carlos pergunta se o percentual com os gastos administrativos são referentes ao montante arrecadado anualmente. O Auditor Wesley confirma que sim. Finalizando a explanação do relatório, comenta os trabalhos realizados pela Auditoria que extrapolam as determinações do TCEMG. Entre elas destaca a informatização e novas metodologias para melhor atender os segurados e beneficiários; os programas sociais destinados aos aposentados e pensionistas e as informações institucionais, são amplamente divulgadas através do site do Instituto, de informativos periódicos e Órgão Oficial do Município de Betim. Ressalta a importância em acompanhar os investimentos e om mercado econômico/financeiro nacional e mundial, uma vez que os acontecimentos na China, Europa e Estados Unidos interferem diretamente no Brasil. O Auditor Wesley encaminhará por e-mail aos conselheiros que devem manifestar antes até o dia 04 de março, quando será enviado para apreciação do Conselho Fiscal que fará a homologação em reunião agendada para o dia 15 de março de 2016. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila pergunta se há alguma dúvida quanto ao Balanço 2015. Não há manifestações. O Presidente do CMP Leonardo agradece a presença e solicita maior comprometimento dos demais. Tendo

discutido o item de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

Leonardo Cardoso Alvarenga ï titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP;

Marcelo Jorge da Mata - titular representante do Poder Executivo

Maria da Conceição Pimenta ï suplente representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAÚDE)

Carlos Antônio de Assumpção ï suplente representante dos servidores da Educação (SINDUTE)

Ana Lúcia de Freitas Paixão e Silva ï titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Neide Maria Soriani ï suplente representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB)

Representantes do IPREMB:

Wesley Melo de Souza ï Auditor e Controlador Interno

Camila Francisca Nolasco ï Chefe de Divisão de Contabilidade

Darlene Rocha Nunes Rodrigues ï Secretária para o Ato.

Publicada no Órgão Oficial nº 1230, de 22/03/2016)